



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
34ª Câmara de Direito Privado

**Registro: 2014.0000589759**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0001373-15.2010.8.26.0326, da Comarca de Lucélia, em que é apelante APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA AMORIM (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados SALVADOR DE OLIVEIRA FILHO e DIRCE MARIA GOIS MORALES.

**ACORDAM**, em 34ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GOMES VARJÃO (Presidente) e NESTOR DUARTE.

São Paulo, 15 de setembro de 2014.

Soares Levada

**RELATOR**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
34ª Câmara de Direito Privado

**COMARCA DE LUCÉLIA – Vara Única**

**APELANTE: APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA AMORIM**

**APELADO : SALVADOR DE OLIVEIRA FILHO**

**APELADO: DIRCE MARIA GOIS MORALES**

**V O T O Nº 25440**

A ação indenizatória material e moral decorrente de acidente de trânsito. Prescrição trienal, com base no art. 206, § 3º, V, CCivil/02 bem reconhecida e mantida. Inaplicabilidade da Súmula 278 do E. STJ. Não se trata de ação indenizatória decorrente de seguro em grupo. Apelo improvido.

1. Apelo interposto de sentença que reconheceu a prescrição em ação indenizatória material e moral decorrente de acidente de trânsito. Insurge-se a autora alegando que o termo inicial do prazo prescricional é a data do conhecimento da incapacidade, nos termos da Súmula 478 do E. STJ, e requer a procedência da ação. Sem preparo regularmente. Contrarrazões pelo improvimento do recurso.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

2. A apelante moveu ação indenizatória material e

moral, fundada em acidente ocorrido aos 16 de fevereiro de 2005.

Na sentença recorrida o juiz monocrático entendeu que a prescrição temporal incidiu sobre o direito perseguido pelo autor, julgando a ação extinta com apreciação do mérito, com fundamento no artigo 269, IV, do CPC em relação ao réu Salvador de Oliveira e reconheceu a ilegitimidade passiva da corré Dirce Maria Gois Morales.

E não há nada a ser alterado na sentença recorrida.

O autor apelante defende que o termo inicial do prazo prescricional é a data da ciência da incapacidade, conforme dispõe a Súmula 278 do E. STJ: “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o **segurado** teve ciência inequívoca da incapacidade laboral.”

Ocorre que referida súmula aplica-se somente às ações indenizatórias decorrentes de **seguro**, e não àquelas decorrentes da responsabilidade extracontratual provenientes de acidente de trânsito.

Nesse caso, aplicável o inciso V, do parágrafo 3º, do artigo 206, do Código Civil; tendo como termo inicial do prazo prescricional a **data do acidente**.

Portanto, se o acidente ocorreu em 16.02.2005, poderia a ação ser ajuizada até 16.02.2008. Como foi distribuída posteriormente – **14.04.2010** - estava mesmo prescrito, nada havendo que se alterar na sentença recorrida, mantida pelos seus próprios fundamentos e os ora acrescidos.

**3. Pelo exposto, nega-se provimento ao apelo.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
34ª Câmara de Direito Privado

**SOARES LEVADA**  
**Relator**